

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA



**Demonstrações Financeiras Conglomeradas
31 de dezembro de 2017**

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA

Novo Hamburgo – RS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017)

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Com vistas à execução dos trabalhos referentes à auditoria independente voltada ao exame das demonstrações contábeis dessa Instituição Financeira, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Os trabalhos foram realizados segundo os padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

O presente relatório divide-se em:

- I - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
- II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS**
- III - OBSERVÂNCIA DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES E APERFEIÇOAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS**

I - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Ilmos. Srs.

DIRETORES E ACIONISTAS da
SINOSSERRA FINANCEIRA S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Novo Hamburgo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Conglomerado Prudencial da Sinosserra Financeira S/A - CFI**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do conglomerado prudencial da Sinosserra Financeira S/A, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação às instituições, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis que divulga:

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Grupo para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros Assuntos

A Sinosserra Financeira S/A – CFI, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Conforme Nota Explicativa nº 2, a empresa Sinosserra Administradora de Consórcios S.A., foi auditada por outros auditores independentes, sobre o qual foi emitido relatório de auditoria sem modificações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração das Instituições é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade das instituições continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar as instituições ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança das instituições são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Grupo, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos das instituições.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional das instituições. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar as instituições a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de maio de 2018.

MICHELON Auditores e Consultores SS
CRCRS 4.626

Vicente Michelon
CRC-RS 052.365

II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA

Novo Hamburgo – RS

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ MIL

ATIVO		NE	2017	2016
CIRCULANTE			25.110	48.086
Caixa e Bancos	4		773	881
Títulos e Valores Mobiliários	5		8.665	39.531
Serviços Prestados a Receber	7		7	135
Operações de Crédito	6		12.232	5.208
Adiantamento e Antecipações Salariais			32	24
Impostos a Recuperar	8		1.426	801
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	9		341	355
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	10		879	879
Devedores Diversos – País			679	192
Despesas Antecipadas			6	6
Diversos			70	74
NÃO CIRCULANTE			43.185	33.075
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas			1.996	2.403
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas			7.020	7.862
Operações de Crédito	6		3.259	210
Impostos Diferidos a Compensar			201	186
Recursos Ajuizados Grupos Encerrados	11		9.062	10.451
Títulos e Valores Mobiliários	5		10.014	103
Aplicações em Quotas de Consórcios	12		200	1.947
Empréstimos a Grupos	13		9.923	8.445
Devedores por Depósito em Garantia			191	333
Investimentos em Imóveis			174	0
Imobilizado em Uso	14		1.087	1.065
Intangível	14		58	70
Total do Ativo			68.295	81.161

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA

Novo Hamburgo – RS

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ MIL

PASSIVO		NE	2017	2016
CIRCULANTE			40.844	51.139
Recursos de aceites cambiais			117	-
Dividendos a Pagar			1.039	295
Fiscais e Previdenciárias	15	760	521	
Provisão para Pagamentos a Efetuar		150	278	
Provisão para Férias c/Encargos		129	102	
Credores Diversos – País		3.045	802	
Recursos a Devolver a Consorciados	16	34.529	48.353	
Provisão p/Contingências Trabalhistas	17	426	418	
Diversas		649	370	
NÃO CIRCULANTE			9.748	11.841
Provisão s/Lucro Diferido		0	33	
Obrigações Ajuizadas Grupos Encerrados	18	9.062	10.451	
Recursos de aceites de cambias		428	1.112	
Receitas de exercícios futuros		258	245	
PATRIMONIO LIQUIDO			17.703	18.181
Capital Social		10.000	10.000	
Reserva de Capital		510	510	
Reservas de Reavaliação		242	242	
Reservas de Lucros	19	6.951	7.429	
Total do Passivo			68.295	81.161

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA

Novo Hamburgo – RS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS - R\$ MIL

	NE	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.315	6.562
RENDAS OPERAÇÕES DE CREDITO		3.437	724
RESULTADO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	21	2.878	5.838
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(312)	(123)
OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO		(50)	(11)
PROVISÃO PARA CREDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		(262)	(112)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.003	6.439
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(14.323)	(4.452)
RECEITA COM ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIO	20	18.083	18.039
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO		125	3
DESPESAS DE PESSOAL		(5.172)	(5.891)
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	22	(19.049)	(10.383)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	24	(4.265)	(2.951)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		1.505	(1.105)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		(4.842)	(789)
DESPESAS FINANCEIRAS	23	(743)	(3.581)
RESULTADO EXTRAORDINÁRIO		35	(4)
RESULTADO OPERACIONAL		-8.320	1.987
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		0	56
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(8.320)	2.043
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	25	2.348	(444)
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25	722	(200)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTARIAS NO LUCRO		(3)	-
PARTICIPAÇÕES ESTATUTARIAS NO LUCRO		(3)	-
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(5.253)	1.399
LUCRO POR AÇÃO		-0,96	0,25

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA

Novo Hamburgo – RS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO - R\$ MIL

	2017	2016
Fluxo das Atividades Operacionais	(6.121)	(2.632)
Resultado Líquido do Exercício	(5.253)	1.395
Ajustes ao Resultado:		
Resultado de exercícios futuros	13	245
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	262	71
Resultado Abrangente	10.574	0
Despesas de Depreciação e Amortização	62	60
Baixas Investimentos	0	6.202
Baixas Investimentos - Participações em Empresas	0	2.858
Baixas Imobilizado	22	5
Provisão para Contingências Trabalhistas	9	(36)
Impostos Diferidos a Compensar	(15)	(32)
Provisão para Impostos Diferidos	(33)	0
Resultado Equivalência Patrimonial	0	(56)
Variações no Ativo Circulante		
Títulos e Valores Mobiliários	(293)	-
Operções de Crédito	(10.335)	(5.486)
Serviços Prestados a Receber	128	(100)
Adiantamento e Antecipações Salariais	(8)	(10)
Impostos a Recuperar	(625)	(64)
Devedores p/ Compras de Bens	114	(376)
Devedores p/Compras Participações	(100)	(433)
Devedores Diversos – País	(487)	(177)
Despesas Antecipadas	1	4
Outros Créditos	3	(69)
Variações no Passivo Circulante		
Aumento em Recursos de aceites cambiais	9.344	1.215
Fiscais e Previdenciárias	156	73
Provisão para Pagamentos a Efetuar	(128)	256
Provisão Férias e 13º Salário	27	-87
Credores Diversos – País	2.243	194
Recursos a Devolver a Consorciados	(13.824)	(2.467)
Redução/(Aumento) Outras Obrigações	362	352
Variações no Ativo Não Circulante		
Devedores p/ Compra de Bens	1.802	(3.798)
Devedores p/Compras Participações	(553)	(5.343)
Aplicações em Cotas de Consórcios	1.747	41
Empréstimos a Grupos	(1.478)	(1.947)
Devedores por Depósito em Garantia	142	(56)
Fluxo das Atividades de Investimento	(10.180)	(185)
Títulos e Valores Mobiliários	(9.911)	(103)
Investimentos em Imóveis	(174)	0
Aquisição de Imobilizado	(93)	(10)
Aquisição de Intangível	(2)	(72)

Fluxo das Atividades de Financiamento	(5.055)	(1.848)
Custo Venda de Ações em Tesouraria	0	985
Ganho com Venda de Ações em Tesouraria	(295)	510
Dividendos Propostos/Pagar	0	(2.823)
Dividendos Suplementares	(4.058)	(520)
Juros sobre Patrimônio	(702)	0
Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa	(21.356)	(4.665)
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Exercício	39.465	45.175
No Final do Exercício	18.109	40.514
Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa	(21.356)	(4.661)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA

Novo Hamburgo – RS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO - R\$ MIL

	Capital Social	Reserva Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva Legal	Aumento de Capital	Lucros/Prejuízos Acumulados	Lucros Retidos	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais
Saldo em 31/12/2015	10.000	0	242	717	771	126	7.631	(985)	0	18.502
Pagto. Dividendos Suplementares									(2.908)	(2.908)
Reversão Reserva de Lucros Retidos							(2.908)		2.908	0
Baixa por Venda								985		985
Resultado Venda de Ações Tesouraria		510								510
Resultado do Período						156			1.243	1.399
Destinação do Resultado										0
Reserva Legal				65		(3)			(62)	0
Dividendos Propostos						(12)			(295)	(307)
Reserva de Lucros Retidos						(37)	923		(886)	0
										0
Saldo em 31/12/2016	10.000	510	242	782	771	230	5.646	0	0	18.181
Pagto. Dividendos Suplementares									(4.000)	(4.000)
Reversão Reserva de Lucros Retidos							(4.000)		4.000	0
Resultado do Período						242			(5.495)	(5.253)
Juros sobre Capital Próprio									(702)	(702)
Resultado Abrangente									10.574	(10.574)
Destinação do Resultado										0
Reserva Legal				230		(12)			(218)	0
Dividendos Propostos						(57)			(1.039)	(1.096)
Reserva de Lucros Retidos						(172)	3.292		(3.120)	0
										0
Saldo em 31/12/2017	10.000	510	242	1.012	771	231	4.938	0	0	17.704

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA

Novo Hamburgo – RS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (EM R\$ MIL)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conglomerado Sinosserra (“Conglomerado Financeiro Sinosserra”), em 2017 opera no mercado financeiro, atuando principalmente com operações de crédito, financiamento e captação e administração de consórcio para aquisição de bens.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONGLOMERADAS

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do BACEN.

Conforme determinam a Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, que, dentre outras coisas, requer a consolidação de fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e premissas estabelecidas com base em julgamento. Estas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com operações de crédito e para contingências, impostos diferidos, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras das seguintes Empresas:

Empresas	Atividades	Domicílio	Controladas	Participação conglomerado - % (direta e indireta)
Sinosserra Administradora de Consórcios S.A.	Administradora de Consórcios	Brasil	-	100%
Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Operações de crédito, financiamento e investimento	Brasil	-	100%

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais das Empresas do Grupo em 2017:

Empresas	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Sinosserra Administradora de Consórcios S.A.	60.989	49.010	11.979	(5.495)
Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	17.329	11.065	5.724	242
Ajustes e Eliminações	10.023	10.023		
Demonstrações financeiras conglomeradas	68.295	50.052	17.703	(5.253)

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial prevê a eliminação de saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeira.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. Essas operações estão classificadas no realizável a longo prazo.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("Impairment")

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente.

g) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e, incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

g.1) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado, se a Empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

g.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, por meio de utilização do método de taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

h) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio de a utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos contratuais. A empresa não identificou valores no longo prazo e, relevantes no curto prazo, a serem ajustados ao valor presente.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

j) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Nos termos da Lei nº. 11.638/2007, as depreciações dos ativos foram computadas com base na vida útil do bem, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 13, considerando o valor residual esperado. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e, custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e provisão perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são representados por aquisições de software e taxas de manutenção de marca.

k) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 20% nas financeiras e 9% nas não financeiras.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES

São representados por disponibilidades em moeda nacional que são utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

NOTA 5 – TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS

As aplicações financeiras estão classificadas conforme disposição abaixo:

<u>Títulos e Valores Mobiliários</u>	<u>31/dez/17</u>	<u>31/dez/16</u>
Cotas de Fundos de Investimentos	13.004	34.425
Títulos de Renda Fixa	5.675	5.209
Total de Títulos e Valores Mobiliários	18.679	39.634

NOTA 6 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Na Financeira a composição da carteira de operações de crédito e a provisão por nível de risco está demonstrado a seguir:

Nível de risco	% Provisão	31/12/2017		31/12/2016	
		Saldo Carteira	Prov. (-)	Saldo Carteira	Prov. (-)
A	0,5%	14.683	(73)	5.325	(27)
B	1,0%	707	(7)	54	(1)
C	3,0%	96	(3)	29	(1)
D	10,0%	20	(2)	25	(2)
E	30,0%	54	(16)	10	(3)
F	50,0%	47	(24)	16	(8)
G	70,0%	28	(19)	2	(1)
H	100,0%	121	(121)	28	(28)
Total		15.756	(265)	5.489	(71)

As operações de crédito são compostas por empréstimos no montante de R\$ 846 nas modalidades crédito pessoal e crédito consignado. Os financiamentos nas modalidades de CDC e Vendor no montante de R\$ 14.919, sendo R\$ 265 de provisões.

A Sinosserra Financeira possui operações de financiamento com pessoa física no ramo de atividade Comercio: no montante de R\$ 8.028 em operações de, ramo rural de R\$ 5, Industria de R\$ 33, Comércio R\$ 5.447 e Outros serviços que totalizam R\$ 2.252.

NOTA 7 – SERVIÇOS PRESTADOS A RECEBER

Nessa rubrica temos na Sinosserra Consórcio o valor de R\$ 7 mil referente Taxa de Administração remanescente do último dia do ano e não recebida pela administradora.

NOTA 8 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Abaixo segue a composição dos impostos a recuperar registrados nessa rubrica:

<u>Impostos a Recuperar</u>	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Impostos diferidos a compensar	1.426	581
Saldo negativo exercícios anteriores	0	220
Total Impostos a recuperar	1.426	801

NOTA 9 - DEVEDORES P/ COMPRA DE BENS

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber na Sinosserra Administradora de Consórcios S/A, referente à venda de imóveis não de uso. As parcelas são atualizadas pelas variações do IGP-M.

NOTA 10 - DEVEDORES P/ COMPRA DE PARTICIPAÇÕES

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber pela venda da participação na empresa Guaibacar Veículos e Peças Ltda, valor de R\$ 866, para a sua controladora, Companhia de Participações Sinosserra, sendo que a última parcela vence em abril de 2020. Também está registrado nessa conta o valor de R\$ 5.568 referente a venda da participação na empresa Therreno participações Ltda em junho de 2016 a empresa Themar Participações Ltda. As parcelas são remuneradas pela variação do IPCA mais juros de 0,5% ao mês.

NOTA 11 - RECURSOS AJUIZADOS GRUPOS ENCERRADOS

Os recursos ajuizados são valores a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora, estando esta obrigação registrada na conta “Obrigações Ajuizadas de Grupos Encerrados – Passivo Não Circulante”.

NOTA 12 - APLICAÇÕES EM QUOTAS DE CONSÓRCIOS

Trata-se de aplicações em cotas de consórcios, onde a Administradora somente irá resgatar os valores após a contemplação de todos os demais participantes.

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS A GRUPOS

Referem-se a valores aportados nos grupos de consórcios. Na medida em que os recursos são cobrados os mesmos são devolvidos para a Administradora.

NOTA 14 - IMOBILIZADO E INTAGÍVEL

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada dos bens. A composição do imobilizado na data do Balanço bem como as depreciações encontram-se demonstradas a seguir:

	Taxa Depreciação	Saldo Residual 31/12/2016	Aquisições	Outros Movimentos	Saldo final 31/12/2016	Depreciação Acumulada	Saldo Residual 31/12/2017
Terrenos	-	305			305		305
Prédios e Benfeitorias	4%	442	2		444	-12	432
Veículos	20%	74	79	-33	120	-2	118
Computadores e periféricos	20%	89	10	3	102	-10	92
Móveis e utensílios	10%	155	3		158	-18	140
Total do Imobilizado		1065	94	-30	1129	-42	1087
	Taxa Depreciação	Saldo Residual 31/12/2016	Aquisições	Outros Movimentos	Saldo final 31/12/2016	Amortização Acumulada	Saldo Residual 31/12/2017
Marcas e Patentes	20%	70			70		70
Processamento de Dados							0
Total do Intangível		70	0		70	-12	58
TOTAL		1.135	94	-30	1.199	-54	1.145

NOTA 15 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS E RPOVISÕES DIVERSAS

Abaixo seguem obrigações a pagar:

<u>Obrigações Sociais e Fiscais</u>	<u>31/dez/17</u>	<u>31/dez/16</u>
Imposto de renda retido na fonte	147	113
Retenções e Contribuições	125	52
INSS a recolher	113	95
ISS a recolher	96	69
FGTS a recolher	36	35
PIS e COFINS a recolher	166	154
Provisão de férias e enc.		
Provisão para Pagamentos		
Obrigações com salários	77	9
Total Obrigações Sociais e Fiscais	760	521

NOTA 16 – RECURSOS A DEVOLVER CONSORCIADOS

Nesta conta são registrados os recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos quando do encerramento do grupo, representados por valores efetivamente recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, acrescidos da remuneração contratual.

NOTA 17 - PROVISÕES TÉCNICAS E TRABALHISTAS

As ações judiciais (trabalhistas) foram provisionadas com base em opinião de assessores jurídicos, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável (perda em primeira instância ou instâncias superiores).

NOTA 18 - OBRIGAÇÕES AJUIZADAS GRUPOS ENCERRADOS

As obrigações ajuizadas são valores registrados na empresa Sinosserra Administradora de Consórcios e referem-se a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) CAPITAL SOCIAL**

A Sinosserra Financeira S/A – CFI, teve suas atividades iniciadas em novembro de 2015, tendo a constituição do capital nesse mesmo ano no valor de R\$ 5.500 mil.

A Sinosserra Administradora de Consórcios S.A. – Tem seu capital totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 4.500 mil ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

A Sinosserra Administradora de Consórcios S/A possui nessa rubrica valores de reavaliação de seus imóveis levando os mesmos a valor de mercado.

c) RESERVAS DE LUCROS

A Reserva de Lucros é composta da forma abaixo:

	<u>31/dez/17</u>	<u>31/dez/16</u>
Reserva legal	1.013	819
Reservas estatutárias	5.938	6.610
Reserva para aumento de capital social	771	771
Reserva para amortização de prejuízos	230	230
Reserva para Lucros Retidos	4.729	5.609

NOTA 20 - RECEITA COM ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIO

A empresa Sinosserra Administradora de Consórcios tem por objeto a administração de grupos de consórcios, reunião de pessoas em grupo, com prazo de duração e número de cotas previamente determinados, com a finalidade de propiciar aos seus integrantes, a aquisição de bens ou serviços, por meio de autofinanciamento. A Receita de Prestação de Serviços auferida pela empresa é a remuneração pela administração mencionada acima.

NOTA 21 - RENDAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Abaixo segue a composição das rendas de títulos e valores mobiliários registrados nessa rubrica:

	Sinosserra Consórcios		Sinosserra CFI	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Aplicação em CDB	549	962		-
Fundos de Investimento	2.215	4.386	114	490
	2.764	5.348	114	490

NOTA 22 - DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS

Abaixo segue a composição das despesas operacionais e administrativas registradas nessa rubrica:

<u>Despesas Operacionais e Administrativas</u>	31/dez/17	31/dez/16
Despesas Fixas	534	581
Despesas Semi-fixas	10.507	8.662
Despesas Variáveis	8.008	1.140
Total Despesas Operacionais e Administrativas	19.049	10.383

NOTA 23 - DESPESAS FINANCEIRAS

Abaixo segue a composição das despesas financeiras registradas nessa rubrica:

<u>Despesas Financeiras</u>	31/dez/17	31/dez/16
Juros e despesas financeiras	481	20
Variação monetária	262	3.561
Total Despesas Financeiras	743	3.581

NOTA 24 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Abaixo segue a composição das despesas tributárias registradas nessa rubrica:

<u>Despesas Tributárias</u>	31/dez/17	31/dez/16
PIS/COFINS	1.058	1.982
Impostos Municipais	910	892
Contribuição Sindical	0	
Taxa de Fiscalização	0	
Outros Impostos	2.297	77
Total Despesas Tributárias	4.265	2.951

NOTA 25 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e contribuição social são compostos conforme segue:

<u>IRPJ e CSLL</u>	31/dez/17	31/dez/16
IRPJ	(2.348)	444

CSLL	(722)	200
Total do IRPJ e CSLL	(3.070)	644

NOTA 26 - LIMITE OPERACIONAL (Acordo de Basiléia)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sinosserra Financeira S/A – CFI encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura do ativo, conforme normas e instruções estabelecidas pela resolução 2º 2099/94 e legislação complementar do Banco central do Brasil. Com um Patrimônio de Referência – PR de R\$ 17.572.373 apresentou Índice de Basiléia de 18.69%.

NOTA 27 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

O Grupo Sinosserra possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos, composto pelos membros de sua Diretoria, cada risco conta com um diretor responsável, devidamente registrado no BACEN. A Instituição preza pelo monitoramento constante de seus riscos estabelecendo políticas e práticas que resultem na maximização da eficiência no uso do capital contribuindo para a escolha das oportunidades de negócios.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios da Financeira podem ser considerados como:

I – RISCO DE CREDITO

O Grupo Sinosserra, em consonância com a Resolução nº 3.721 do Banco Central do Brasil, e visando atender a todos os requisitos regulatórios, possui adequada estrutura de Gestão do Risco de Crédito, que permite o controle dos possíveis riscos em que a Financeira esteja incorrendo, compreendendo principalmente procedimentos que são analisados periodicamente pelo Comitê de Crédito.

II – RISCO OPERACIONAL

O estabelecimento de controles internos é fundamental para a gestão eficiente do risco operacional, logo, o Grupo Sinosserra avalia todos os produtos, serviços, processos, sistemas, unidades/atividades e pessoas sob o enfoque de risco operacional.

III – RISCO DE MERCADO

O Grupo Sinosserra avalia mensalmente o comportamento das taxas de juros projetadas para os próximos anos e a sua relação com as taxas pré-fixadas utilizadas pela Instituição, visando minimizar ou eliminar riscos de variação que prejudiquem o resultado da instituição. A mitigação deste risco tem como componente a diversificação dos riscos e estabelecimento de spreads mínimos pretendidos nas operações/produtos, mantendo equilíbrio na relação risco/retorno.

IV – RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo Sinosserra entende que é imprescindível a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Financeira. Adicionalmente, a instituição dispõe de alternativas que atendam, prontamente, situações incomuns de necessidades de caixa, em pontos de extrema relevância para os negócios.

V – RISCO DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Para assegurar a existência de uma estrutura de gestão de capital a Instituição realiza a definição de metas e limites que possibilite o monitoramento e controle do capital e das exposições aos riscos, de forma a verificar se os seus resultados alcançados e a serem realizados estão em consonância com essas metas e limites estabelecidos.

III-OBSERVÂNCIA DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES E APERFEIÇOAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

No que se refere a observância das normas legais e regulamentares bem como recomendações para o aperfeiçoamento dos controles internos da instituição, nada de relevante foi detectado que merecesse qualquer tipo de menção ou comentário.

MICHELON Auditores e Consultores SS
CRCRS 4.626

Vicente Michelon
CRC-RS 052.365/O-8